

JORNAL DO SENADO

www.senado.leg.br/jornal

Ano XIX — Nº 3.838 — Brasília, terça-feira, 26 de março de 2013

Congresso entra com recurso contra liminar sobre royalties

Renan Calheiros anunciou ontem que o Parlamento interpôs agravo regimental contra a decisão do STF que, em ação ajuizada pelo governo do Rio de Janeiro, suspendeu na semana passada parte da Lei dos Royalties

Decisão liminar da ministra Cármen Lúcia, do Supremo Tribunal Federal (STF), sobre ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo governo do Rio de Janeiro é questionada pela Advocacia do Senado, responsável pelo recurso, para quem a competência é do órgão colegiado do tribunal. A liminar ainda deve ser analisada pelo Plenário do STF. Para a ministra, os estados

produtores de petróleo e seus municípios planejaram os orçamentos sem contar com a alteração provocada pela lei e pela derrubada dos vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, que preservava os contratos já em vigor e as receitas dos produtores. A Advocacia do Senado defende também a prerrogativa do Congresso Nacional de alterar as regras de distribuição dos royalties do petróleo. **2**



Enquanto Renan (D) comentou o recurso, Ferraz (E) discursou em Plenário contra decisão do Congresso de derrubar vetos

Pedro Franco / Agência Senado

Wilson Dias/ABR



Policial militar deposita flores no local da tragédia: comissão de senadores discutirá nova legislação

Por uma lei anti-incêndio mais clara

Dois meses após o incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS), que matou 241 pessoas, a maioria jovens universitários, o Senado instala comissão

para estudar a elaboração de uma lei nacional mais clara, capaz de evitar novas tragédias e criar uma cultura de segurança no país. **4 e 5**

Mudança de indexador para dívidas de estados e municípios é consenso **3**



Lindbergh Farias (3º à dir.) e Sérgio Souza (4º à dir.) coordenam debate

Rafael Carvalho/Agência Senado

Para militares, remuneração da categoria está defasada **7**

Projeto obriga posto a expor preços no site da ANP **6**

Plenário deve confirmar hoje direitos de domésticas **8**

Gargalos de logística são tema de discursos **3**

Decisão do Supremo Tribunal Federal que suspendeu parte da Lei 12.734/2012, referente a vetos da presidente Dilma Rousseff, recebe contestação em agravo do Parlamento

Congresso recorre contra liminar sobre os royalties

O PRESIDENTE DO Senado, Renan Calheiros, anunciou ontem que o Congresso interpôs agravo regimental contra a decisão do Supremo Tribunal Federal (STF) que suspendeu parte da Lei dos Royalties (Lei 12.734/2012). A decisão da ministra Cármen Lúcia, em ação direta de inconstitucionalidade (ADI) ajuizada pelo governo do Rio de Janeiro, ainda deve ser analisada pelo Plenário do STF.

A ministra entende que os estados produtores de petróleo e seus municípios se planejaram sem contar com a alteração provocada pela lei e pela derrubada dos vetos da presidente da República, Dilma Rousseff, que preservava os contratos já em vigor e as receitas dos produtores.

A Advocacia do Senado,



Renan anuncia, durante sessão, o agravo regimental interposto pelo Congresso

responsável pelo recurso, questiona a concessão da medida liminar pela ministra Cármen Lúcia e alega que a competência é do órgão colegiado. Defende também a prerrogativa do Congresso de alterar as regras de distribuição dos royalties do petróleo.

“O Supremo Tribunal Federal não pode se constituir em instância revisora das decisões políticas do Poder Legislativo, sob pena de subverter a harmonia e a independência dos Poderes da República”, explica a Advocacia do Senado, em nota sobre o agravo.

Ferraço: derrubada de vetos foi inadequada

Continua reverberando, nos meios de comunicação e na sociedade, “a decisão inadequada” do Congresso que derrubou os vetos parciais à nova lei sobre os royalties do petróleo, afirmou Ricardo Ferraço (PMDB-ES). Ele classificou a derrubada como uma subtração dos direitos dos estados produtores.

Ferraço destacou artigo publicado pela revista *Época*

em que o economista Paulo Guedes diz que a disputa pelos royalties tem a ver com a insatisfação com a atual forma de distribuição dos recursos entre as unidades da Federação e que, com a derrubada dos vetos, houve evidente desrespeito à Constituição.

O senador lamentou que os parlamentares não tenham conseguido, por meio da “boa política”, encontrar um

consenso e disse que, no caso dos royalties, o Congresso abriu mão da política como ferramenta conciliadora dos interesses coletivos.

— Abrimos mão desse protagonismo, cedendo a vez para o Supremo — disse.

Ferraço ainda manifestou indignação diante das “gravíssimas notícias” de maus tratos e tortura a brasileiros no presídio de San Pedro, na Bolívia.

Homenagem póstuma ao ex-senador Almir Pinto

O ex-senador Almir Santos Pinto, morto em 1991, foi homenageado ontem pelo Plenário do Senado. Ele completaria cem anos em 2013.

A homenagem foi feita a pedido de Mauro Benevides (PMDB-CE), deputado federal e ex-presidente do Senado.

Cearense de Lavras de Mangabeira, Almir Pinto foi médico e ocupou o cargo de senador entre 1979 e 1985.

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) lembrou que Almir Pinto

atuou, no início da carreira política, na década de 1940, como prefeito de Maranguape (CE). Ele também foi deputado estadual por várias legislaturas e secretário estadual do Ceará em diferentes áreas: Polícia e Segurança Pública; Saúde; Interior e Justiça; e Educação e Cultura.

No Senado, Almir Pinto era suplente de César Cals, que acabou assumindo o Ministério de Minas e Energia, pasta onde permaneceu de 1979 a 1985.

— Homem público incomparável, Almir Santos Pinto atuou com dignidade e espírito público — afirmou Benevides.

O deputado federal também lembrou que ele e Almir Pinto iniciaram as atividades partidárias nos quadros do Partido Social Democrático (PSD) e foram secretários sob o mesmo governo estadual.

— Conviver com ele foi um privilégio — ressaltou Benevides.



A sessão de homenagem foi realizada a pedido do deputado Mauro Benevides (ao microfone), ex-presidente do Senado

Nota da Advocacia do Senado

Texto justifica o agravo regimental explicando que cabe ao Congresso a definição das regras dos royalties e que o Supremo não pode atuar como revisor do Legislativo

O governador do estado do Rio de Janeiro ajuizou ação direta de inconstitucionalidade contra diversos dispositivos da Lei 12.734/2012, a qual estabelece novos percentuais de distribuição dos royalties e das participações especiais decorrentes da exploração do petróleo e do gás natural. A relatora da ADI 4.917, a ministra Cármen Lúcia, deferiu monocraticamente medida liminar para suspender os efeitos dos artigos 42-B; 42-C; 48, II; 49, II; 49-A; 49-B; 49-C; § 2º do art. 50; 50-A; 50-B; 50-C; 50-D; e 50-E da Lei federal 9.478/97, com as alterações promovidas pela Lei 12.734/2012, ad referendum do Plenário do Supremo Tribunal, até o julgamento final da presente ação. Notificada do deferimento da medida, a Mesa do Congresso Nacional, por intermédio da Advocacia do Senado Federal, interpôs agravo regimental questionando a concessão monocrática da medida liminar, uma vez que a competência é do órgão colegiado e que o Congresso Nacional não foi previamente notificado para prestar informações. Salientou-se também o não preenchimento dos pressupostos fáticos e jurídicos necessários ao deferimento

da cautelar, postulando-se, ao final, a cassação da decisão pelo Plenário. No mérito, argumentou-se que o artigo 20, § 1º da Constituição assegura aos estados, ao Distrito Federal e aos municípios participação nos resultados (natureza remuneratória) e compensação pela exploração do petróleo e do gás natural, bens de propriedade da União, incumbindo à legislação ordinária a definição dos modelos de distribuição e dos percentuais respectivos. Nesse sentido, defendeu-se ser prerrogativa precípua do Congresso Nacional tanto a definição quanto a alteração dessas regras, considerando especialmente as variações de produção e de preço do barril de petróleo. Acrescentou-se que o Supremo Tribunal Federal não pode se constituir em instância revisora das decisões políticas do Poder Legislativo, sob pena de subverter a harmonia e a independência dos Poderes da República. Por fim, afirmou-se haver *periculum in mora* inverso, em favor dos demais estados, Distrito Federal e municípios, os quais deixarão de receber os recursos a eles democraticamente destinados enquanto perdurarem os efeitos da medida liminar.

AGENDA

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço: <http://bit.ly/agendaSenado>



PLENÁRIO PEC das Domésticas

14h Segundo turno de votação da PEC 66/12, que assegura a empregados domésticos os mesmos direitos já garantidos aos demais trabalhadores.

PRESIDÊNCIA Procuradoria da Mulher

11h30 Renan Calheiros participa da posse de Vanessa Grazziotin como procuradora especial da Mulher; às 12h, recebe o presidente da agência de publicidade Leo Burnett Tailor Made, Paulo Giovanni; às 12h30, Ermes Tadeu Zapelini, do Conselho Federal de Economia, entre outros; às 15h, a diretoria da Juventude do PMDB nacional; às 16h, preside a ordem do dia.

CCT Radiodifusão

9h Análise de projeto que torna obrigatória a divulgação por emissora de radiodifusão de razão social e documentação associada à entidade detentora da outorga.

AVIAÇÃO CIVIL Subcomissão

9h30 Subcomissão temporária elege presidente e vice-presidente.

CAE Seguro-desemprego

10h Na pauta, projeto sobre seguro-desemprego quando a atividade está suspensa em razão de calamidade natural.

CE Desconto no Fies

11h Votação final do projeto que dá desconto a estudantes que tenham quitado 75% da dívida do Fundo de Financiamento Estudantil (Fies) sem atrasos nos pagamentos das parcelas anteriores.

SUBCOMISSÃO DA COPA Instalação

11h Instalação da subcomissão permanente destinada a acompanhar as obras da Copa, com eleição de presidente e vice-presidente e indicação de relator.

CMA Sistema elétrico

11h30 Comissão do Meio Ambiente analisa, entre outros, o projeto que viabiliza o acesso dos autoprodutores de energia elétrica ao Sistema Elétrico Interligado Nacional.

PROCURADORIA Vanessa Grazziotin

11h30 Posse da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) no cargo de procuradora especial da Mulher no Senado Federal.

PREVENÇÃO DE INCÊNDIOS Eleição

15h Instalação de comissão temporária criada após a tragédia na boate de Santa Maria (RS), com eleição do presidente e do vice-presidente.

SESSÃO ON-LINE

Confira a íntegra das sessões no **Plenário**: <http://bit.ly/plenarioOnline>



Confira a íntegra das sessões nas **comissões**: <http://bit.ly/comissoesOnline>



TV SENADO

A TV Senado transmite a partir das 10h, segundo prioridade estabelecida pelo Regimento Interno e pelo Ato 21/09 da Comissão Diretora, a reunião da Comissão de Assuntos Econômicos (CAE). As reuniões das comissões podem ser acompanhadas ao vivo pela internet (www.senado.leg.br/tv) e, em Brasília, pela TV Senado Digital, nos canais 51.1 a 51.4.

Embora haja consenso sobre a necessidade de um novo indicador, analistas apontam soluções diferentes em debate na CAE. Critério atual pode elevar a dívida em mais de 20% ao ano

Especialistas divergem sobre índice para dívida de estados e municípios

SE A NECESSIDADE de trocar o índice utilizado para corrigir as dívidas de estados e municípios com a União é consenso entre governadores, prefeitos e parlamentares, há discordância sobre o indicador a adotar. O assunto foi debatido ontem pela Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Atualmente, o saldo devedor de estados e municípios é atualizado pelo Índice Geral de Preços — Disponibilidade Interna (IGP-DI) mais juros que vão de 6% a 9% ao ano. O critério, considerado ultrapassado, pode elevar a dívida em mais de 20% ao ano.

O professor Roberto Piscitelli, da Universidade de Brasília (UnB), sugeriu a adoção da Taxa de Juros de Longo Prazo (TJLP), utilizada nas negociações da União com grandes empresas — proposta também defendida pelo senador Lindbergh Farias (PT-RJ), presidente da CAE.

— A TJLP é compatível com a perspectiva de longo prazo e estabilidade, compatível com a própria dívida do estado. A União deve aos entes federados o mesmo tratamento atribuído à iniciativa privada — argumentou o professor.

Para ele, é preciso “desvincular a economia brasileira dos índices de inflação, que



Robiel Carvalho/Agência Senado

são imprevisíveis”. Piscitelli também rejeita a taxa básica de juros (Selic), por ser indicador do mercado financeiro.

Já o professor Francisco Lopreato, da Universidade Estadual de Campinas (Unicamp), defendeu o Índice Nacional de Preços ao Consumidor Amplo (IPCA) mais juros de 2%, tendo como teto a Selic. O indexador começaria a valer a partir do momento em que fosse feita a negociação.

— À medida que se muda o indexador, os governos vão poupar recursos, vão deixar de gastar com o pagamento de juros da dívida. Esse valor que deixar de ser pago eles gastarão em investimentos.

Na Câmara, tramita projeto de lei (PLP 238/2013) apresentado pelo Executivo propondo

a adoção do IPCA. A ideia também está em projetos no Senado, como os PLS 334/2011, de Eduardo Braga (PMDB-AM), e o PLS 86/2012, de Francisco Dornelles (PP-RJ).

Parlamentares como o senador Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) têm defendido a ampliação do limite das dívidas dos estados e municípios. Ele apresentou projeto de resolução para aumentar o montante global de operações de crédito nos exercícios financeiros de 2013 e 2014.

Para recuperar a capacidade efetiva de gerir recursos e executar políticas públicas com condições de investimento, os debatedores também concordam que estados e municípios precisam comprometer menos as receitas, o que hoje pode

chegar até 15% em alguns casos.

Nas contas de João Pedro Casarotto, da Federação Brasileira de Associações de Fiscais de Tributos Estaduais (Febrafite), a União cobrou dos estados 14% ao ano de juro real acima da inflação.

Apesar de a Lei 9.496/1997 estabelecer um mesmo programa para os entes federados, explica Casarotto, foram desrespeitados os princípios da igualdade e da impessoalidade. Ele apontou inconstitucionalidade nos contratos que cobraram de um estado 6% e de outro, 7,5%, por exemplo.

— Não faz sentido num momento em que a União causa o problema ter lucros extorsivos em cima das finanças dos estados — concluiu.

Saldo devedor reduz poder de investimento

Maranhão, Goiás, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Rio Grande do Sul, São Paulo (estado e município) são os principais devedores. Na tabela da Secretaria do Tesouro Nacional apresentada por Weder de Oliveira, ministro do Tribunal de Contas da União (TCU), fora o que já foi pago com juros, ainda faltam R\$ 258 bilhões. Contabilizando ainda o resíduo que ficaria para ser financiado em dez anos, além dos 30 anos dos contratos vigentes desde 2000, a dívida somaria R\$ 450 bilhões.

Roberto Piscitelli disse que “quanto mais se paga, mais se deve”, ao tratar como um dos aspectos importantes da discussão o saldo devedor.

Em 2012, a prestação devida no contrato da dívida do município de São Paulo com a União era maior que o dobro da capacidade de investimento da prefeitura, o equivalente a R\$ 8 bilhões. Segundo o secretário municipal de Finanças, Marcos de Barros Cruz, que participou do debate, esses recursos dariam para construir 500 creches, 3 hospitais, 10 quilômetros de monotrilho, 150 quilômetros de corredores para ônibus urbanos (BRTs) e 10 mil casas populares.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Rollemberg sugere medidas para aliviar débitos com a União

Rodrigo Rollemberg (PSB-DF) defendeu medidas para aliviar o peso das dívidas dos estados com a União, como a redução no comprometimento da receita corrente líquida com o pagamento das dívidas.

— A redução é uma reivindicação dos governadores, extremamente importante quando o Brasil vem reduzindo os juros, reduzindo em 33% o comprometimento da receita corrente líquida para o pagamento de dívidas — defendeu.

O senador se mostrou favorável à aprovação do projeto que tramita na Câmara dos Deputados, de autoria do Executivo, que altera o indexador da dívida dos estados e municípios (PLP 238/2013).



Jefferson Rudy/Agência Senado

Anibal Diniz destaca fomento à piscicultura no Acre

Anibal Diniz (PT-AC) destacou a realização, em Rio Branco, da Feira do Peixe, como parte do programa de piscicultura desenvolvido pelo governo estadual. O objetivo é ampliar a produção de pescado no estado, que era de menos de 5 mil toneladas por ano em 2010 e deve chegar a 100 mil toneladas em breve, segundo o senador.

Anibal informou a criação de um complexo que já produz centenas de milhares de alevinos (filhotes de peixe) e chamou a atenção para o potencial da atividade, que pode render até dez vezes mais que a criação de gado. Além disso, é ambientalmente sustentável e produz proteína mais saudável.

Ana Amélia quer investimentos em rede de transporte

Ana Amélia (PP-RS) lamentou os problemas na infraestrutura de transportes para escoamento da safra de grãos que está sendo colhida no país.

A senadora disse que as perdas causadas aos produtores de seu estado pelas deficiências nas estradas vão de R\$ 2 a R\$ 3 por saca, segundo a Associação dos Produtores de Soja do Rio Grande do Sul (Aprosoja-RS).

— Mesmo na eminência de se tornar um dos maiores produtores de soja do mundo, à frente dos Estados Unidos, o Brasil ainda detém uma logística ineficiente e cara. A demora por parte do governo federal na ampliação dos investimentos em estradas e portos causará a redução do valor da produção recorde de mais de 183 milhões de toneladas de grãos desta safra — afirmou.



Pedro França/Agência Senado

Logística voltada ao agronegócio é falha, critica Figueiró

Ruben Figueiró (PSDB-MS) protestou contra as condições da infraestrutura de transportes terrestres, que, afirmou, prejudicam o agronegócio.

— Ficamos à mercê de uma infraestrutura acabrunhada que, além de aumentar o custo da produção, dificulta nossa inserção no mercado mundial — disse.

O senador citou o caso do seu estado, onde o preço do transporte da soja subiu mais de 60% devido à espera nos Portos de Santos (SP) e Paranaguá (PR). Ele criticou a atuação do Departamento Nacional de Infraestrutura de Transportes (Dnit), “que deixou à margem a logística de transportes” no Centro-Oeste.



Jefferson Rudy/Agência Senado

Sérgio Souza pede apoio à MP dos Portos

Lamentando o gargalo logístico que reduz a competitividade da economia, Sérgio Souza (PMDB-PR) classificou como fundamental a aprovação da MP 595/2012, sobre a abertura dos portos à iniciativa privada. Ele destacou o aumento do custo Brasil e rebateu argumentos dos opositores da MP.

— A medida não privatiza o setor, e sim muda o modelo para tornar as licitações mais baratas e atrativas — definiu.

Sozua citou matéria da *Veja* que aponta problemas de logística, como falta de transporte terrestre e atrasos nos portos causados por ineficiência e burocracia, o que encarece as exportações.

Comissão especial quer melhorar legislação de incêndios

Já se passaram dois meses do incêndio na boate Kiss, em Santa Maria (RS). O total de mortos chegou a 241 e há cerca de 120 feridos sobreviventes — a maioria ainda sob cuidados médicos. O evento é o segundo incêndio mais mortífero já registrado no Brasil e provocou, além da comoção nacional, intensos debates sobre a segurança

em locais de aglomeração pública e a responsabilidade de prefeituras, bombeiros e empresários.

No Senado, a tragédia entrou na pauta de debate e foi criada comissão para tratar do tema. Senadores esperam que uma lei nacional mais clara possa servir de instrumento para evitar novas tragédias e criar uma cultura de segurança no país.

André Falcão

A REPERCUSSÃO DO incêndio na boate Kiss, ocorrido na madrugada de 27 de janeiro em Santa Maria (RS), foi imediata no Senado. Após as muitas manifestações de pesar e de solidariedade às vítimas e aos familiares, os senadores pelo Rio Grande do Sul — Ana Amélia (PP), Paulo Paim (PT) e Pedro Simon (PMDB) — apresentaram requerimento, aprovado pelo Plenário, para criar uma comissão temporária com a missão de fazer um levantamento da legislação sobre prevenção e combate de incêndios no Brasil e elaborar uma proposta nacional de normas técnicas para melhores práticas de segurança em locais de diversão pública. Além disso, foram apresentados cinco projetos de lei unificando normas de segurança essenciais ao funcionamento de boates, casas de show e similares (veja quadro abaixo).

As apurações iniciais indicaram uma sucessão de motivos que se encadearam e potencializaram o resultado da tragédia em que 241 pessoas morreram. Parte dos motivos está ligada ao descumprimento de normas de prevenção de incêndios e de

evacuação segura de pessoas em emergências. Outra parte está ligada à ação insuficiente ou à omissão de agentes públicos responsáveis pela fiscalização e autorização de funcionamento de casas noturnas. Havia leis do próprio município de Santa Maria cujo cumprimento teria evitado a tragédia. A comissão temporária para levantamento da legislação de prevenção e combate a incêndio fará a primeira reunião hoje, às 15h. No requerimento de criação, os senadores alertam que o conjunto de leis hoje existente é numeroso, sem clareza e difícil de aplicar. Foi estabelecido o objetivo de, em 60 dias, fazer uma revisão que dê coerência e uniformidade às regras e estabeleça responsabilidades.

— Há muitas leis específicas e soltas, e a maioria das pessoas não conhece seus direitos e deveres com a segurança — argumenta Paim, um dos integrantes da comissão.

Paim adiantou que pretende propor um “pequeno código” relativo ao assunto.

Ana Amélia, também integrante da comissão, acredita que, além de tornar mais claras as leis existentes, é preciso investir em medidas práticas e aplicáveis que podem surtir grande efeito. Ela relatou encontro com Patrick Lynch, ex-procurador-geral do estado de Rhode Island (EUA), responsável pelo inquérito que apurou um incêndio em condições semelhantes em fevereiro de 2003, na cidade de West Warwick, que resultou em cem mortes.

O ex-procurador deu como exemplo o uso de sinais indicadores de saída no chão, que facilita às pessoas seguirem a orientação de abaixar ou rastejar para evitar a fumaça quando há incêndios em ambientes fechados. Além disso, instruções de como sair em segurança em situações de emergência são prestadas antes de peças de teatro, à semelhança do que ocorre em aeronaves antes da decolagem.

— A vistoria de quem concede alvarás não dá noção da realidade do uso do ambiente. À noite, confusas pela bebida e pela pouca luz,



Famílias das vítimas recebem uma visita de Pedro Simon (2º à esq.), Paulo Paim (C) e Ana Amélia (de óculos escuros) poucos dias depois da tragédia

as pessoas não enxergam a saída — disse Ana Amélia, defendendo a adoção de medidas semelhantes no Brasil.

Outro tema trazido pelo incêndio da boate é o da confiança na fiscalização realizada pelo poder público. — A grande questão é a falta de fiscalização. Mesmo os fiscais do trabalho não fazem fiscalização das condições de trabalho nas casas de show e boates. Há uma grande defasagem no número e seriam necessários três vezes mais fiscais — afirmou o senador.

Paim defende que os municípios sejam os responsáveis pela aferição da segurança nos locais de aglomeração e que haja aumento na responsabilidade dos bombeiros. Ele quer também que a lei seja mais dura com os empresários, para que não façam de casas noturnas

“verdadeiras armas mortais”. Os senadores também vão discutir na comissão o sistema de cobrança por comandas, com pagamento na saída. Esse tipo de cobrança foi apontado como uma das causas na demora ao socorro no incêndio em Santa Maria, pois a segurança da boate não queria, de início, permitir que os frequentadores saíssem sem pagar.

A experiência com casos semelhantes em outros países, no entanto, mostra que mesmo uma fiscalização rígida pode não coibir situações de risco que ocorram de forma clandestina. Para Ana Amélia e Paim, falta a cultura de segurança no Brasil. — Não há cultura da segurança em lugar nenhum.

Temos no país um elevado número de vítimas de acidentes de trânsito e do trabalho. As pessoas pensam que não vai acontecer até que aconteça — pondera o senador.

Ana Amélia acredita que uma cultura de prevenção é um dever de cidadania e “deveria ser ensinada nas escolas”.

Os senadores também acreditam que tragédias como a de Santa Maria são uma oportunidade para o Brasil corrigir deficiências que se tornam evidentes após as investigações. Paim disse que a comissão temporária vai fazer de tudo para que as mortes sofridas naquele município gaúcho não sejam esquecidas e tornem-se instrumentos para

Inalação de fumaça tóxica causou todas as mortes

Na noite do incêndio, estava sendo promovida uma festa organizada por estudantes de diversos cursos da Universidade Federal de Santa Maria. Por volta das 3h da madrugada, um dos integrantes do grupo musical que se apresentava acendeu um artefato pirotécnico e as faíscas acabaram por atingir o revestimento acústico da boate. A espuma do revestimento era altamente inflamável e o fogo se alastrou com rapidez. Os músicos tentaram apagar as chamas, mas o extintor de incêndio próximo ao palco não funcionou.

O ambiente foi rapidamente tomado pela fumaça e a falta de alarme de incêndio e de sinalização para a saída agravou a situação. Confusas, muitas vítimas se dirigiram aos banheiros da boate e lá ficaram presas. Não havia capacidade de exaustão do ar e as janelas estavam obstruídas. A boate tinha apenas uma porta para entrada e saída e o tamanho era inadequado para a vazão, em casos de emergência, da quantidade de pessoas definida como capacidade máxima.

Além disso, grades de contenção utilizadas para organizar a fila atrapalharam a fuga de quem conseguiu se dirigir até a saída. Houve relato de que, no início do incêndio, seguranças chegaram a reter os que saíam para exigir o pagamento das despesas.

Os estragos causados pelo fogo foram considerados de pequena monta pelos bombeiros. Todas as mortes foram causadas por asfixia. A combustão do poliuretano das espumas do revestimento acústico incendiado liberou gás carbônico e cianeto, que são letais ao serem inalados.

Além de todos esses fatores, a boate Kiss estava com a documentação irregular e houve superlotação no dia do incêndio. A estimativa da polícia civil é de que havia pelo menos 864 pessoas. O alvará de prevenção e proteção contra incêndio do corpo de bombeiros havia determinado a capacidade máxima de 691 pessoas. Estima-se que mais de mil circularam pela boate naquela noite.

O incêndio na boate Kiss é o segundo maior em número de vítimas fatais no Brasil, sendo superado apenas pela tragédia do Gran Circus Norte-Americano, ocorrida em 1961, em Niterói (RJ), que vitimou 503 pessoas. Em casos semelhantes de incêndios em casas noturnas causados por fogos de artifício, é o terceiro maior do mundo, atrás apenas dos incêndios no Cocoanut Grove, em Boston, nos Estados Unidos, em 1942, quando morreram 492 pessoas, e em um clube em Luoyang, China, que matou 309 no Natal de 2000.

Famíliares criam grupo de apoio psicológico

A tragédia na boate Kiss mudou a rotina na cidade de Santa Maria. A maioria das vítimas era de jovens universitários e os familiares criaram uma associação em busca de apoio psicológico e jurídico.

O empresário Adherbal Alves Ferreira perdeu no incêndio a filha, Jennefer Mendes Ferreira, que tinha 22 anos e era aluna do 3º ano de Psicologia. Hoje ele preside a Associação dos Familiares das Vítimas e Sobreviventes da Tragédia de Santa Maria.

— Eu resolvi trocar o luto pela luta, e é por isso que estou à frente da associação — disse Ferreira.

A principal atividade da entidade é o amparo psicológico de profissionais a familiares e vítimas. A associação trabalha com apoio da Cruz Vermelha, e estão sendo treinados mais psicólogos para aumentar a capacidade de atendimento. Segundo Ferreira, a seleção de psicólogos voluntários é criteriosa, pois o luto é um tema muito difícil de lidar. O empresário conta que somente agora, dois meses depois do incidente, alguns pais estão sentindo o peso das perdas.

— A capacidade de recuperação é diferente para cada um. Agora é que está caindo a ficha, estamos fazendo de tudo para manter o equilíbrio — explicou.

A associação está atendendo na sede antiga da Reitoria da Universidade Federal de Santa Maria (UFSM). Há uma sala para reuniões de grupos e também salas reservadas, onde as pessoas podem receber atenção individualizada. Segundo Ferreira, algumas

pessoas estão sendo visitadas nas próprias casas, pois, de tão abaladas, não estão sequer se alimentando. A associação também atua no campo jurídico, com auxílio da Defensoria Pública do Rio Grande do Sul e de advogados voluntários.

O presidente da associação explica que eles já estão analisando os resultados do inquérito policial divulgado na última sexta-feira para decidir qual estratégia seguir no acompanhamento e cobrança de responsabilidade criminal dos envolvidos. O inquérito apontou 35 responsáveis, sendo 16 indicados criminalmente.

Adherbal Ferreira faz questão de reconhecer o apoio recebido.

— Santa Maria não é mais a mesma. É uma nova vida, e o povo corresponde ao sentimento de justiça, e não de vingança. A ajuda nos comove — disse.

A associação pretende organizar manifestações todos os dias 27, às 18h. No mês passado, a manifestação durou 15 minutos; os sinos das igrejas tocaram e as pessoas buzinaaram e bateram palmas.

— Estamos à frente para que a tragédia não caia no esquecimento — afirmou.

Saiba mais

Legislação contra incêndio do estado de São Paulo
<http://bit.ly/leincendioSP>

Perfis das vítimas no site do jornal Zero Hora
<http://bit.ly/vitimasKiss>

Veja as edições anteriores do Especial Cidadania em www.senado.leg.br/jornal

Pontos em comum



Projetos sistematizam exigências de segurança para funcionamento de boates

Cinco projetos sobre segurança em boates, casas de show e similares foram apresentados no Senado após o incêndio em Santa Maria. Todos condicionam a concessão de alvará de funcionamento ao atendimento de requisitos como a disposição de extintores de incêndio em quantidade suficiente e em localização adequada e de saídas de emergência sinalizadas e iluminadas. Os estabelecimentos

deverão ficar em locais que facilitem o acesso de viaturas dos bombeiros, ter brigadistas e instalar equipamentos como chuveiros automáticos e exaustores de fumaça, para-raios, dispositivos de alarme sonoro e iluminação de emergência. Fica proibido o uso, na construção, revestimento ou isolamento, de produtos que causem fumaça tóxica.

Boates, casas de show e similares também poderão

ser proibidas de usar, em recintos fechados, fogos de artifício, sinalizadores e materiais pirotécnicos. A lotação será determinada pela autoridade local no momento da concessão do alvará e órgãos de fiscalização ficarão obrigados a vistoriar equipamentos contra incêndio e sinalização de emergência uma vez a cada 12 meses.

O PLS 26/2013, de Jorge Viana (PT-AC), obriga a contratação de no mínimo

duas pessoas treinadas pelo corpo de bombeiros para manusear os equipamentos contra incêndio e promover a evacuação ordenada.

Os outros quatro projetos — PLS 35/2013, de Gim (PTB-DF); PLS 36/2013, de Eduardo Amorim (PSC-SE); PLS 37/2013, de Romero Jucá (PMDB-RR); e PLS 53/2013, de Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) — instituem a exigência para casas com capacidade acima de 250 pessoas.

Os prazos para adequação à norma variam de 6 meses (projetos de Gim, Amorim, Jucá e Vanessa) a 18 meses (proposta de Viana). A partir daí, o eventual descumprimento sujeita os estabelecimentos à cassação do alvará e a multa administrativa. Em comum, todas as propostas proíbem a concessão pelo Judiciário de liminar para funcionamento ou obtenção de alvará.

Os cinco projetos estão

tramitando de forma conjunta na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ).

Ana Amélia convidou o Instituto Sprinkler Brasil para uma audiência em que será apresentado chuveiro automático para ambientes fechados que inibe a propagação do fogo. A reunião vai debater projeto de lei (PLS 491/2011) do senador licenciado Marcelo Crivella (PRB-RJ) que trata de regras para inspeção predial.



Manifestação em Santa Maria um mês após o incêndio na boate Kiss

Comissão vota inclusão de preços da gasolina em site

De acordo com projeto, todos os postos de combustíveis deverão informar valores cobrados na página da ANP na internet. Senadores também votarão criação de selo verde da Zona Franca de Manaus

A COMISSÃO DE Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA) deverá votar amanhã, em turno suplementar, o substitutivo oferecido ao PLS 353/2011, que obriga os postos de combustíveis a informar os preços no site da Agência Nacional do Petróleo (ANP).

A partir da aprovação do projeto, a ANP terá 12 meses para adotar as providências necessárias ao cumprimento da lei. O texto foi votado em reunião da comissão no último dia 12. Não sendo oferecidas emendas, o substitutivo será dado como definitivamente adotado, sem votação.

Atualmente, a ANP já informa em sua página eletrônica os preços de combustíveis praticados em todo o país, a partir de um levantamento semanal que abrange a gasolina comum, etanol, diesel não aditivado, gás natural veicular (GNV) e gás liquefeito de petróleo (GLP).

Entre os inconvenientes desse procedimento, estão o custo de contratação de empresa para realizar pesquisa em todo o território nacional e a limitada efetividade dos resultados, na medida em que



Jonas Pereira/Agência Senado

A partir da aprovação do projeto, haverá prazo de 12 meses para adequação à lei

são obtidos a partir de uma amostragem estatística.

Selo verde

Outro projeto que deverá ser votado na comissão é o substitutivo do senador Cícero Lucena (PSDB-PB) ao PLS 185/2011, da senadora Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM), que cria o Selo Verde Preservação da Amazônia, para produtos da Zona Franca de Manaus.

Para a concessão do selo verde, serão considerados, entre outros critérios, a geração de empregos que diminuam a exploração predatória da floresta e o desmatamento, a conformidade do produto com as normas e os padrões exigidos

pela legislação ambiental, o reduzido impacto ambiental do produto durante o ciclo de vida, a utilização de meio de transporte pouco impactante e que ofereça menores riscos ao meio ambiente e à saúde humana, a boa durabilidade do produto e a possibilidade de reutilização ou reciclagem do produto e de sua embalagem.

A comissão também deverá votar requerimento do senador Fernando Collor (PTB-AL) que convida o procurador-geral da República, Roberto Gurgel, a prestar esclarecimentos acerca de supostas irregularidades em uma licitação do Ministério Público da União (MPU) para a compra de 1.226 tablets.

Renan pede política federal sólida e de longo prazo para o etanol

Renan Calheiros (PMDB-AL) pediu a definição pelo governo federal de uma política sólida de longo prazo para o setor sucroalcooleiro. O senador também ressaltou o papel do Congresso no aprimoramento de uma política nacional estratégica para o etanol de cana-de-açúcar.

Ele comparou a atual crise do álcool combustível à que ocorreu na década de 1980 e início dos anos 1990. Os dois momentos, segundo Renan, foram precedidos de períodos de euforia.

O Programa Nacional do Alcool (Pró-Alcool), lembrou o senador, foi uma resposta à crise do petróleo em 1975. Mais recentemente, disse, o ex-presidente Lula deu “extraordinário impulso” ao combustível verde, com a construção de usinas e o advento do carro flex. Em ambos os casos, enfatizou, a produção caiu e não

compensa abastecer com álcool, a não ser para misturar na gasolina. Por outro lado, o senador apontou o sucesso dos Estados Unidos na produção de etanol à base de milho, “mais poluente que a cana-de-açúcar e que encarece a produção de alimentos”. Renan acrescentou que a meta dos EUA de substituição da gasolina pelo etanol está sendo alcançada e a produção lá já é mais que o dobro da brasileira.

O senador também falou sobre o impacto da falta de política nacional para o setor em Alagoas, que, segundo ele, continua dependente da agroindústria sucroalcooleira, apesar de ser pioneira na produção do etanol de segunda geração. A situação, destacou, é agravada pela seca no Nordeste e abate mais a população alagoana que a dos estados com economia diversificada.

Agripino cobra proteção a produtores que sofrem com a seca no Nordeste

José Agripino (DEM-RN) cobrou ontem do Executivo a criação de mecanismos que aliviem os prejuízos causados pela seca aos agricultores e pecuaristas nordestinos.



Pedro Franco/Agência Senado

o parcelamento de dívidas pelo Banco do Nordeste e bancos oficiais e disse que seria importante se, além da adutora, Dilma inaugurasse a transposição do

Rio São Francisco.

Ele aplaudiu a presença da presidente Dilma Rousseff na inauguração de um sistema de adutoras do Pajeú (PE), mas defendeu ação do governo em favor “dos nordestinos que produzem, que não pedem emprego nem Bolsa Família, nem estão aposentados pelo Funrural”.

Ao lembrar a experiência como governador do Rio Grande do Norte (1982 a 1986 e 1990 a 1994), o senador sugeriu ao governo a distribuição de milho e ração para o gado, além da criação de um programa de perfuração de poços. Agripino também sugeriu

O senador afirmou que a conversa do sertão “é a conversa da disputa eleitoral, como se a adutora fizesse parte de uma campanha eleitoral em curso, inclusive com o ponto e o contraponto entre dois candidatos: o governador de Pernambuco, Eduardo Campos, e a presidente da República”.

— Ela deveria inaugurar a obra, mas dizer “eu penso naqueles que são brasileiros competitivos, que produzem o seu próprio emprego”. Aí eu viria aplaudir de pé um governo que estaria não agindo com caridade, mas com solidariedade — afirmou.

Marcello Casati Jr/ABR



O Congresso aderiu ao projeto Hora do Planeta, promovido pelo World Wildlife Fund (WWF), e ficou com as luzes apagadas entre as 20h30 e as 21h30 de sábado. Em seguida, voltou a apresentar a iluminação na cor azul, em alusão ao Dia Mundial da Água, comemorado na sexta-feira. A adesão à Hora do Planeta, assinada pelo presidente do Senado e do Congresso, Renan Calheiros, configurou um gesto de preocupação com o aquecimento global. Outras instituições do setor público e privado, em cerca de 150 países, participaram do projeto.

Mesa do Senado Federal

Presidente: Renan Calheiros
Primeiro-vice-presidente: Jorge Viana
Segundo-vice-presidente: Romero Jucá
Primeiro-secretário: Flexa Ribeiro
Segunda-secretária: Ângela Portela
Terceiro-secretário: Ciro Nogueira
Quarto-secretário: João Vicente Claudino
Suplentes de secretário:
 Magno Malta, Jayme Campos, João Durval, Casildo Maldaner

Diretora-geral: Doris Peixoto
Secretária-geral da Mesa: Claudia Lyra

Secretaria Especial de Comunicação Social

Diretor: Davi Emerich

Agência Senado

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Teresa Cardoso
Edição: Ester Monteiro, Nelson Oliveira e Rodrigo Chia
Site: www.senado.leg.br/noticias

O noticiário do **Jornal do Senado** é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

J DO DO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333

Editor-chefe: Flávio Faria

Editores: André Falcão, Juliana Steck, Marcio Maturana, Ricardo Westin e Silvio Burle

Diagramação: Iracema F. da Silva e Ronaldo Alves

Revisão: Fernanda Vidigal, Juliana Rebelo, Pedro Pincer e Tatiana Beltrão

Coordenação de fotografia: Paula Cinquetti

Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino

Arte: Cássio S. Costa, Claudio Portella e Diego Jimenez

Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Marcos Oliveira / Agência Senado



Representantes dos militares ativos e aposentados lotam a sala onde ocorreu debate da CDH a pedido do senador Paim

Militares se queixam de defasagem de salários

Oficiais da ativa e da reserva disseram que problemas começaram em 2001, com medida provisória que cortou benefícios e adicionais salariais. Militar com 30 anos de trabalho pode ganhar R\$ 2.700

EMAUDIÊNCIA NA Comissão de Direitos Humanos (CDH) do Senado, representantes dos militares ativos e aposentados debateram a defasagem na remuneração do setor. Ao final da audiência, Paulo Paim (PT-RS), que a presidiu, prometeu encaminhar um documento com o pedido da categoria às autoridades competentes.

Para os participantes da audiência, desde a edição da Medida Provisória 2.215/2001, a situação dos militares se deteriora progressivamente. A MP acabou com o adicional de inatividade, o “posto acima” (promoção que o militar recebia ao passar para a reserva), o auxílio-moradia e a licença-prêmio.

— Além dessas questões aqui citadas, nós ficamos dez

anos sem um real de aumento — afirmou o presidente da Associação dos Militares da Reserva, Reformados e Pensionistas das Forças Armadas, Genivaldo da Silva.

Ele informou que um segundo-sargento das Forças Armadas ganha R\$ 2.700, com 30 anos de serviço. Um capitão das Forças Armadas, R\$ 5.300 — salário considerado baixo se comparado a outras categorias.

— Ganha menos do que um soldado da Polícia Militar do Distrito Federal e dos Bombeiros. Nós tiramos o chapéu para eles, mas não podemos ganhar menos do que eles.

Outra reclamação recorrente foi o salário-família que os militares recebem para ajudar no custeio da

educação dos dependentes, no valor de R\$ 0,16 por filho. A presidente da Federação da Família Militar — Mulher-DF, Rita Deinstmann, comparou o benefício ao que recebe a família de um presidiário.

— Por que o dependente de um presidiário recebe R\$ 915 e nós recebemos R\$ 0,16? É uma vergonha! — reclamou.

Para Rodrigo Rollemberg (PSB-DF), a valorização da categoria deve ser uma questão de interesse nacional. Segundo ele, a defesa de riquezas como a Amazônia e o pré-sal é um imenso desafio para o Brasil.

— Hoje vivemos num ambiente de paz, mas sabemos que não se pode descuidar da eventualidade de o Brasil ter que defender seu território ou suas riquezas.

Taques denuncia problemas na Polícia Militar de MT

Precariedade nas condições dos trabalhos de policiais militares de Mato Grosso, principalmente dos que integram a Ronda Ostensiva Tática Móvel (Rotam), foi denunciada por Pedro Taques (PDT-MT). O senador disse que a Rotam do estado convive com o descaso do poder público e destacou que, de acordo com denúncias, o órgão sofre falta de materiais para treinamentos e para a realização de operações policiais.

Para Taques, enquanto houver descaso do poder público



Precisamos de uma política pública de segurança consistente, diz Taques

na prestação do serviço de segurança, dezenas de outros problemas sociais continuarão

agravando a violência.

— Precisamos de uma política pública de segurança consistente, que envolva um projeto sofisticado e profundo de integração institucional e intersetorial, gestão de informação, formação de uma cultura da paz e prevenção ao crime — disse.

O senador criticou o déficit de policiais militares efetivos em Mato Grosso e considerou alarmante o número de policiais militares mortos no Brasil no exercício da função.

Jucá: controle na venda de peças de carro

Romero Jucá (PMDB-RR) pediu urgência na análise do projeto de sua autoria que disciplina o funcionamento de empresas de desmontagem de veículos automóveis.

— Temos de parar com a venda de peças de qualquer forma, impedindo que os desmanches de carros roubados tenham condições de vendê-las — defendeu.

O PLS 617/2011, que tramita na Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), disse o senador, prevê o registro e

controle das peças individualizadas. Segundo Jucá, a ocorrência de furtos de automóveis no Brasil teve um aumento de 13% no ano passado. Ele observa que a venda de peças de automóveis individualizadas favorece os desmanches de carros roubados.

Em aparte, Ana Amélia (PP-RS) afirmou que a rastreabilidade das peças de automóveis é interesse também da indústria de autopeças, que tem sofrido um sucateamento, com dificuldade de competir



Jucá avalia que projeto quer evitar o desmanche de carros roubados

com os preços dos países asiáticos. Jucá concordou com a observação da senadora.

Valdir Raupp diz que sindicalismo brasileiro conquista prestígio

Ao saudar o rápido crescimento da Central de Sindicatos Brasileiros (CSB), Valdir Raupp (PMDB-RO) afirmou que o papel do movimento sindical no Brasil se torna cada vez mais expressivo.

— O movimento sindical brasileiro não mais se coaduna com amarrações políticas ou ativismos partidários — disse, ressaltando que a grande causa do sindicalismo no século 21 é a participação do trabalhador.

Para o senador, “o Brasil só tem a ganhar” com trabalhadores mais conscientes e presentes nos grandes debates nacionais.

— Se nos anos 1980 a luta era por democracia, os anos 1990 foram marcados pela



O Brasil ganha com trabalhadores mais conscientes, afirma Raupp

resistência ao desemprego e pela defesa das conquistas e garantias trabalhistas — disse.

Raupp disse que a CSB, criada em 2011, reúne 500 sindicatos e planeja tornar-se uma das três maiores centrais sindicais do país nos próximos dois anos.

Vanessa comemora os 91 anos do PCdoB, completados ontem

Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) comemorou os 91 anos do Partido Comunista do Brasil, festejados ontem. Ela traçou histórico da sigla e se disse honrada em integrar um partido ligado às lutas democráticas.

— É o partido mais antigo do Brasil e nem a clandestinidade foi suficiente para barrar o ímpeto de mobilização, de luta, de garra — disse.

A senadora registrou que o partido defende bandeiras como crescimento com progresso social, elevação da renda do trabalhador, redução das desigualdades, reforma agrária e emancipação da mulher. Lembrou ícones do PCdoB, como o fundador Astrojildo Pereira, Luís Carlos Prestes e Carlos



A senadora citou nomes históricos do partido e as lutas democráticas

Marighella. Também recordou o apoio recebido de personalidades como Jorge Amado, Graciliano Ramos, Oswald de Andrade, Pagu, Oscar Niemeyer, Di Cavalcanti, Tarsila do Amaral, Portinari, Francisco Milani e João Saldanha.

Alvaro quer informações sobre viagem de Dilma e comitiva ao Vaticano

Alvaro Dias (PSDB-PR) apresentou requerimento de informações sobre a viagem da presidente Dilma Rousseff e comitiva a Roma, para a entronização do papa Francisco. O senador disse que, para cumprir uma agenda de cinco horas de compromissos oficiais, a presidente e a comitiva permaneceram na capital italiana por três dias, tendo alugado 52 apartamentos em “hotel luxuosíssimo” e 17 veículos, de acordo com a imprensa.

Alvaro afirmou terem sido gastos R\$ 325 mil apenas em hospedagem. Ressalvou, contudo, que não se posicionava contrariamente à ida da presidente à solenidade.

O senador ainda pediu



Alvaro critica viagens de Lula ao exterior pagas por empreiteiras

explicações sobre dados publicados pelo jornal *Folha de S.Paulo* segundo os quais 13 de 30 viagens do ex-presidente Lula ao exterior foram bancadas por empreiteiras com interesses comerciais nos países visitados.



Senador cobra cumprimento do piso salarial do magistério

Cristovam defende carreira nacional para professores

A criação da carreira nacional do magistério, com direitos e deveres para todos os professores do país, foi defendida ontem por Cristovam Buarque (PDT-DF). Ele disse que a carreira nacional ajudaria na solução de problemas como o não cumprimento do piso salarial dos professores em alguns estados e municípios.

— Insisto na ideia de uma carreira de Estado, em que o professor seja como o funcionário do Banco do Brasil, da Caixa Econômica, do Ministério Público, da Justiça, do Senado, da Câmara, de qualquer dos órgãos do Estado brasileiro — disse.

O senador recordou que a lei que instituiu o piso salarial para professores teve origem em um projeto seu e lamentou que estados ricos como Minas Gerais e Rio Grande do Sul não estejam pagando o piso.

— Por que o professor de uma criança que nasce em um estado ganha o piso e o professor de um menino que nasce em outro estado não ganha o piso? Não são brasileiros os dois? Por que o Brasil nega a alguns brasileiros a educação e a oferece, ainda que ruim, a outros?

Federalização

Cristovam explicou que a “federalização” da educação ajudaria as prefeituras que não possuem recursos para pagar o piso, já que o ônus seria assumido pela União.

— Existe um federalismo bom e um ruim. O ruim é o que diz: cada estado que se vire. O federalismo bom é o que diz: a escola vai ser igual para todos — afirmou.

Em aparte, José Agripino (DEM-RN) e Ana Amélia (PP-RS) elogiaram o pronunciamento e afirmaram que boa educação é fundamental para a competitividade do país. Para eles, o Brasil será ultrapassado, em termos de competitividade no plano internacional, se não revolucionar a área da educação.

— O que Vossa Excelência quer é uma coisa que é a obrigação de quem faz política no Brasil perseguir: fazer do Brasil um país competitivo — disse Agripino.

Plenário pode confirmar a PEC das Domésticas

Proposta que estende aos empregados domésticos os mesmos direitos dos demais trabalhadores depende de pelo menos 49 votos favoráveis hoje. Semana passada, teve 70 a favor e nenhum contra

APROVADA PELO SENADO em primeiro turno na semana passada com 70 votos favoráveis e nenhum contrário, a PEC 66/2012 — conhecida como PEC das Domésticas — terá hoje segunda votação no Plenário. A PEC estende aos empregados domésticos os mesmos direitos garantidos aos demais trabalhadores.

De acordo com Romero Jucá (PMDB-RR), há acordo para a votação, que depende apenas de quórum — as PECs, para serem aprovadas, exigem os votos de pelo menos três quintos dos senadores (49). Na semana passada, o líder

do governo, Eduardo Braga (PMDB-AM), disse que, se o Plenário liberasse a pauta, trancada pela Medida Provisória do Pacto pela Alfabetização na Idade Certa (MP 586/2012), a PEC seria votada.

Atualmente, o empregado doméstico tem apenas parte dos direitos garantidos pela Constituição aos trabalhadores em geral, entre os quais salário mínimo, 13º salário, repouso semanal remunerado, férias, licença-gestante e licença-paternidade, aviso-prévio e aposentadoria.

A PEC 66/2012, proposta pelo deputado federal

Carlos Bezerra (PMDB-MT), estende à categoria direitos como o controle da jornada de trabalho — com limite de 8 horas diárias e 44 horas semanais —, horas extras, FGTS obrigatório e seguro-desemprego.

Parte das mudanças passará a valer com a promulgação da emenda constitucional, mas alguns direitos dependerão de regulamentação para se tornarem efetivos.

Como não sofreu alterações no Senado, se a proposta for aprovada hoje, seguirá diretamente para promulgação pelo Congresso.

Vanessa assume hoje Procuradoria da Mulher

Em solenidade hoje, às 11h, Vanessa Grazziotin (PCdoB-AM) tomará posse como procuradora especial da Mulher do Senado, com atribuições de “zelar pelas políticas de gênero em discussão no Legislativo, bem como pela aplicação dessas políticas no âmbito do Senado Federal”.

A senadora será a primeira a assumir a procuradoria, que foi criada em 20 de fevereiro, em um conjunto de medidas adotadas pelo presidente do Senado, Renan Calheiros, para alcançar mais transparência, eficiência e racionalização administrativa na Casa.

Na cerimônia de posse,

será apresentada pesquisa do DataSenado, de fevereiro, sobre o conhecimento da Lei Maria da Penha (Lei 11.340/2006) pela população.

Entre as autoridades que já confirmaram presença, está a ministra da Secretaria de Políticas para as Mulheres, Eleonora Menicucci.

Paim busca consenso sobre homofobia

Relator na Comissão de Direitos Humanos (CDH) do projeto de lei que criminaliza a homofobia (PLC 122/2006), Paulo Paim (PT-RS) disse ontem que é possível alcançar um consenso para a proposta e que está conversando com todos para apresentar uma redação equilibrada. Ele observou que todos os grupos sociais envolvidos no debate são enfáticos ao condenar a homofobia.

— Não há lugar num país democrático, num país livre como o nosso, para conviver com a aceitação da discriminação e da intolerância. Eu duvido que alguém diga que

é homofóbico, eu duvido que alguém diga que gosta do ódio, eu duvido que alguém diga que é adepto da violência — disse o senador.

A Constituição, acrescentou Paim, garante igualdade de tratamento a todos, independentemente de religião, cor ou orientação sexual.

— Em uma sociedade que se pretenda democrática, a vontade geral só poderia admitir a intolerância, nos estritos marcos legais, contra a própria intolerância. Aí, sim — afirmou.

O senador comparou a resistência de alguns grupos aos direitos dos homossexuais

com a situação vivida por outras minorias ao longo da história. Lembrou também avanços legais nos últimos anos, como o reconhecimento pelo Supremo Tribunal Federal da equiparação da união homossexual à heterossexual.

— Não faz muito tempo, nós vivíamos concepções de mundo mesquinhas e antigas, que tiranizavam africanos e afro-descendentes e que negavam às mulheres o direito à voz, ao voto e a qualquer atuação fora dos estreitos limites do próprio lar. Avançamos. Esse é um tempo que esperamos que não volte nunca mais — declarou o senador.

Magno Malta critica ideia de ampliar o aborto legal

A posição do Conselho Federal de Medicina (CFM), que enviou ao Senado um documento em que defende a liberação do aborto até a 12ª semana de gestação, foi criticada ontem por Magno Malta (PR-ES). A proposta deve ser examinada pela comissão especial que trabalha na reforma do Código Penal, da qual Malta é integrante.



Malta quer debate com o presidente do Conselho Federal de Medicina

Segundo o senador, o aborto de um feto com 90 dias pode ser considerado um assassinato brutal. Ele disse que muitos médicos estão revoltados com o conselho.

Malta sugeriu convocar o presidente do CFM para debate na Comissão de Direitos Humanos (CDH) e na comissão sobre modernização do Código Penal. Informou que a Frente Parlamentar em Defesa da Família, da qual é presidente, vai se reunir hoje para tratar do assunto.

Ele registrou que trabalha há mais de 30 anos com recuperação de dependentes químicos e acrescentou que o drama do Brasil não é o crack, mas sim as drogas legalizadas, como o álcool.



Vital destaca experiência bem-sucedida de professora na PB

Vital: investir em educação reduzirá desigualdades

A educação é um fator crucial para a redução das desigualdades sociais e regionais, disse Vital do Rêgo (PMDB-PB).

Na opinião do senador, o Brasil precisa de mais e melhores investimentos em educação, com foco na qualificação dos professores e na reprodução de experiências bem-sucedidas.

— Infraestrutura, saúde, assistência social, saneamento básico, moradia e transporte são inegavelmente importantes, mas a educação é especial, pois representa um investimento de longo prazo no desenvolvimento, realiza potencialidades e garante igualdade de oportunidade a todos — disse.

Para o senador, o Brasil “estacionou” nos anos mais recentes, pois continua a ocupar o 85º lugar no Índice de Desenvolvimento Humano (IDH) entre 187 países. Ele lembrou que o Brasil é a 13ª nação mais desigual pelo coeficiente de Gini e que a população adulta do país tem taxa média de apenas 7,4 anos de estudo.

— Por mais significativos que tenham sido os avanços, ainda estamos comendo poeira não apenas das nações tradicionalmente mais desenvolvidas, mas também dos países vizinhos da América Latina, com o produto interno bruto [PIB] mais modesto — afirmou.

Vital disse ainda que o fracasso do país nos exames internacionais de avaliação da educação é notório. Nas provas da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE), o Brasil ocupa o 49º lugar em Leitura e Ciências e a 53ª posição em Matemática.

Paraíba

O senador lembrou que a Comissão de Educação (CE) aprovou requerimento para realização de audiência com a professora Jonilda Ferreira, de 44 anos, e dez de seus alunos. Jonilda leciona na cidade de Paulista, no sertão da Paraíba, para dezenas de alunos medalhistas das edições da Olimpíada Brasileira de Matemática das Escolas Públicas, desde 2005.